

DEBÊNTURE



INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 4ª EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURE SIMPLES, NÃO
CONVERSÍVEL EM AÇÕES, EM LOTE ÚNICO E INDIVISÍVEL, EM SÉRIE ÚNICA, COM GARANTIA
FLUTUANTE DE EMISSÃO DA COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

ENTRE

COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

E

PAVARINI DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.

DATADA DE
15 DE DEZEMBRO DE 2008

JF S.R.A.

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 4ª EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURE SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEL EM AÇÕES, EM LOTE ÚNICO E INDIVISÍVEL, EM SÉRIE ÚNICA, COM GARANTIA FLUTUANTE DE EMISSÃO DA COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

Pelo presente instrumento particular:

- a. COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS, sociedade anônima, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Chedid Jafet, 222, Bloco B, 5º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.846.056/0001-97, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("Emissora"); e
- b. PAVARINI DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA, sociedade limitada com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Sete de Setembro, 99, 24º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 15.227.994/0001-50, representando o debenturista adquirente da debênture objeto da presente emissão ("Debenturista"), neste ato representado na forma de seu Contrato Social (o "Agente Fiduciário"),

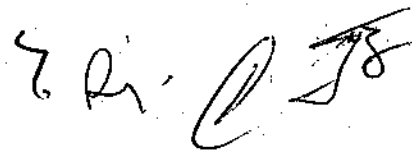
vêm, por esta e na melhor forma de direito, firmar o presente INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 4ª EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURE SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEL EM AÇÕES, EM LOTE ÚNICO E INDIVISÍVEL, EM SÉRIE ÚNICA, COM GARANTIA FLUTUANTE DE EMISSÃO DA COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS (respectivamente a "Escritura de Emissão", "Emissão" ou "Oferta Pública" e "Debênture"), observadas as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA I - AUTORIZAÇÃO

A presente Emissão foi autorizada na Reunião do Conselho de Administração da Emissora (a "RCA") realizada em 10 de dezembro de 2008, nos termos do artigo 59, §1º, da Lei 6.404 de 15 de dezembro de 1976, com as devidas alterações posteriores ("Lei das Sociedades por Ações").

1.1. Poderes delegados à Diretoria

Foram delegados pela RCA poderes à Diretoria da Emissora para (i) tomar todas as providências necessárias à implementação da Emissão da Debênture autorizada pela RCA; e (ii) praticar todos os demais atos e providências necessárias à formalização, efetivação e administração das deliberações da



RCA, inclusive, mas não se limitando, a firmar ou aditar esta Escritura, contratos e outros instrumentos relativos à Emissão.

CLÁUSULA II - REQUISITOS

A Emissão será feita com a observância dos seguintes requisitos:

2.1. Arquivamento e Publicação da Deliberação

A ata da RCA que deliberou sobre a presente Emissão foi protocolada na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("Junta Comercial" ou "JUCESP") para registro em 11 de dezembro de 2008 e será publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal Valor Econômico, nos termos do artigo 62, inciso I da Lei das Sociedades por Ações.

2.2. Inscrição da Escritura

A Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos serão registrados na Junta Comercial, de acordo com o artigo 62, inciso II, da Lei das Sociedades por Ações.

2.3. Dispensa de Registro na Comissão de Valores Mobiliários

A Emissão está automaticamente dispensada de registro junto à Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), em conformidade com o artigo 5º, II, da Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003 ("Instrução CVM nº 400"), por se tratar de lote único e indivisível.

2.4. Registro na Associação Nacional dos Bancos de Investimento

A Emissão será registrada na Associação Nacional dos Bancos de Investimento ("ANBID"), em atendimento ao "Código de Auto-Regulação da ANBID para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários", de 01 de janeiro de 2008, registrado no 4º Ofício de Registro de Títulos e Documentos da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, sob nº 5032012.

2.5. Registro para Colocação

2.5.1. A Debênture será registrada para colocação no mercado primário, por meio do Módulo de Distribuição de Títulos – ("SDT"), administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos ("CETIP"), sendo a Debênture liquidada e custodiada na CETIP.

2.5.2. A Debênture será registrada para custódia no mercado secundário através do Módulo Nacional de Debêntures ("SND"), administrado e operacionalizado pela CETIP, não sendo admitida sua negociação no mercado secundário. O posterior registro para negociação da Debênture em bolsa ou mercado de balcão organizado sujeitar-se-á necessariamente ao registro prévio na CVM, conforme disposto no artigo 2º, § 2º, da Instrução CVM nº 400.

CLÁUSULA III - CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

A Emissão da Debênture terá as seguintes características e condições:

3.1. Objeto Social da Emissora

A Emissora tem como objeto social: (i) a exploração no Brasil e/ou no exterior, direta ou indiretamente, e/ou através de consórcios, de negócios de concessões de obras e serviços públicos, especificamente a prestação de serviços de operação de estradas de rodagem, vias urbanas, pontes, túneis e infra-estruturas metroviárias; (ii) a prestação de serviços de consultoria, assistência técnica e administração de empresas quando relacionados aos negócios indicados no item (i) acima; (iii) o exercício de atividades conexas ou relacionadas ao objeto social, direta ou indiretamente, inclusive importação e exportação; e (iv) a participação em outras sociedades, na qualidade de quotista ou acionista.

3.2. Número da Emissão

A presente Escritura de Emissão representa a 4ª Emissão de Debêntures da Emissora.

3.3. Montante Total da Emissão

O valor total da Emissão é de R\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais), na Data de Emissão (conforme abaixo definida).

3.4. Número de Séries

A Emissão será realizada em uma única série ("Série Única").

3.5. Colocação

A Debênture será objeto de distribuição pública em lote único e indivisível, sob o regime de melhores

esforços de colocação, com intermediação do Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S.A. ("Coordenador"), por meio do SDT, nos termos do "Instrumento Particular de Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública sob o Regime de Melhores Esforços de Colocação de Debênture Simples, Não Conversível em Ações, em Lote Único e Indivisível, em Série Única, da Espécie com Garantia Flutuante da 4ª Emissão Pública da Companhia de Concessões Rodoviárias", celebrado entre a Emissora e o Coordenador.

3.6. Limite de Emissão

A Emissão atende aos limites previstos no artigo 60, §1º, alínea "b" da Lei das Sociedades por Ações para as emissões de debêntures com garantia flutuante, uma vez que (i) o capital social integralizado da Emissora é de R\$ 571.233.617,54 (quinhentos e setenta e um milhões, duzentos e trinta e três mil, seiscentos e dezessete reais e cinquenta e quatro centavos), (ii) o saldo das emissões de debêntures da Emissora e de suas controladas é de R\$ 1.827.608.345,04 (um bilhão, oitocentos e vinte e sete milhões, seiscentos e oito mil, trezentos e quarenta e cinco reais e quatro centavos), (iii) o valor contábil dos ativos totais da Emissora é de R\$ 5.407.937.161,36 (cinco bilhões, quatrocentos e sete milhões, novecentos e trinta e sete mil, cento e sessenta e um reais e trinta e seis centavos), e (iv) o saldo dos empréstimos, financiamentos e debêntures da Emissora com garantias reais é de R\$ 1.643.304.884,85 (um bilhão, seiscentos e quarenta e três milhões, trezentos e quatro mil, oitocentos e oitenta e quatro reais e oitenta e cinco centavos), em todos os casos conforme verificado nas Informações Trimestrais consolidadas da Emissora, com data base de 30 de setembro de 2008, entregue a CVM em 31 de outubro de 2008, conforme abaixo indicado:

Posição em 30 de setembro de 2008	R\$ (mil)
Ativo total da Emissora (A)	5.407.937
Dívidas da Emissora garantidas por direitos reais (B)	1.643.305
Ativo Total da Emissora não gravado (C=A-B)	3.764.632
70% do ativo total da Emissora não gravado (D = 70% x C)	2.635.242
Emissões de debêntures em circulação da espécie com garantia flutuante (E)	0
4ª Emissão de debêntures da espécie com garantia flutuante (F)	500.000
Total de emissões de debêntures da espécie com garantia flutuante (G=E+F)	500.000
(D) maior que (G)	OK

3.7. Banco Mandatário



Text_SP 2124702v20 3271/22 5



O banco mandatário e instituição depositária da Debênture será o Banco Itaú S.A. ("Banco Mandatário").

3.8. Destinação dos Recursos

3.8.1. Os recursos obtidos por meio da Emissão serão utilizados exclusivamente para investimento em infra-estrutura rodoviária nos diversos negócios atualmente detidos e a serem desenvolvidos pela Emissora e/ou pelas subsidiárias da Emissora.

3.8.2. Os Investimentos serão realizados no prazo de até (e incluindo) 540 (quinhentos e quarenta) dias a partir da Data de Emissão ("Período de Investimentos"), sujeito aos termos dos itens 3.8.5 e 3.8.6 abaixo.

3.8.3. A Emissora realizará investimentos conforme o plano de investimento que consta do Anexo I à presente Escritura, ou investimentos adicionais conforme venham a ser aprovados pelo Debenturista, nos termos da cláusula 3.8.12 ("Investimentos"), comprometendo-se a enviar ao Agente Fiduciário e ao Debenturista (identificado no Boletim de Subscrição), no prazo de 20 (vinte) dias contados do último dia de cada semestre fiscal da Emissora (ou, caso tais datas não sejam dias úteis na sede da Emissora, no dia útil imediatamente subsequente), relatório discriminando o valor de cada pagamento realizado, identificando o fornecedor, produto ou serviço adquirido e o número das respectivas notas fiscais (no caso de desapropriação, o comprovante de depósito judicial) comprobatórias da realização dos Investimentos feitos pela Emissora e/ou suas subsidiárias ("Relatório de Investimentos"), até que o volume total dos Investimentos corresponda ao valor da Emissão ("Comprovação dos Investimentos"). As notas comprobatórias indicadas no Relatório de Investimentos deverão prever datas de emissão posteriores à Data de Emissão. Caso o Debenturista entenda necessário para a ratificação dos Investimentos, poderá solicitar a conferência das notas fiscais e/ou faturas, na sede da Emissora (ou de sua subsidiária que tiver realizado o Investimento), mediante a solicitação prévia de 5 (cinco) dias úteis a ser encaminhada nos termos da cláusula 4.14.

3.8.4. Ao final do Período de Investimento, a Emissora contratará, às suas expensas, um auditor externo que irá emitir um documento confirmando (i) que os valores discriminados nos Relatórios de Investimentos referem-se aos Investimentos previstos no Anexo I, ou a outros que venham a ser aprovados pelo Debenturista nos termos do item 3.8.12 abaixo, (ii) que os Investimentos constantes dos Relatórios de Investimentos foram efetivamente realizados e (iii) que as faturas, notas fiscais ou qualquer outro documento comprobatório indicado nos Relatórios de Investimentos referem-se a valores que não tenham sido objeto de outros financiamentos junto a terceiros ("Relatório de Procedimentos Pré-Acordados"). Os Relatórios de Investimentos comprovarão os Investimentos, desde

3.8.12

JR

que confirmados pelo Relatório de Procedimentos Pré-Acordados.

3.8.5. Caso a Comprovação dos Investimentos em seu valor total não seja realizada no Período de Investimento, será concedido à Emissora um período adicional de cura de 80 (cento e oitenta) dias a contar do fim do Período de Investimento ("Período de Cura").

3.8.6. Se durante o Período de Cura e por motivos alheios à sua vontade, a Emissora verificar que não será realizada a integralidade dos Investimentos, mas que ao menos 75% dos Investimentos serão realizados até o final do Período de Cura, deverá comunicar este fato ao Debenturista com, no mínimo, 75 (setenta e cinco) dias de antecedência do término do Período de Cura e poderá solicitar a prorrogação do Período de Cura, mediante apresentação de justificativa ("Período de Cura Adicional"). O Debenturista, então, poderá manifestar-se, por escrito, durante os 45 (quarenta e cinco) dias que se seguirem ao recebimento da solicitação, para conceder à Emissora um Período de Cura Adicional, sujeito a comprovação de 75% dos Investimentos nos termos da cláusula 3.8.7, hipótese em que será acordado um novo prazo para a Emissora realizar a comprovação de 100% dos Investimentos. Caso o Debenturista não se manifeste no prazo acima previsto, ou negue expressamente o Período de Cura Adicional, poderá ocorrer o resgate antecipado da Debênture, nos termos do artigo 4.16 desta Escritura.

3.8.7. A comprovação de pelo menos 75% (setenta e cinco por cento) dos Investimentos de que trata a cláusula acima deverá ocorrer até 20 (vinte) dias após o final do Período de Cura. Se a Emissora não tiver realizado pelo menos 75% (setenta e cinco por cento) dos Investimentos até o final do Período de Cura, mediante a comprovação no prazo estipulado por esta cláusula, aplicar-se-á o disposto no subitem (s) do item 6.2.1. abaixo.

3.8.8. Ao final do Período de Cura e do Período de Cura Adicional e observado o prazo estipulado na cláusula anterior, ou, ainda, a qualquer momento a critério da Emissora, a Emissora deverá fornecer ao Debenturista, juntamente com o Relatório de Investimento, novos Relatórios de Procedimentos Pré-Acordados de auditor externo por ela contratado.

3.8.9. Durante o Período de Cura, e enquanto a Comprovação dos Investimentos não for realizada e comprovada, a Remuneração será capitalizada de 1,00% (um por cento) ao ano, calculado *pro rata temporis* por dias úteis com base anual de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias, desde a data do início do Período de Cura ou do Período de Cura Adicional até a data da Comprovação dos Investimentos.

3.8.10. Se a Comprovação dos Investimentos não for realizada até o término do Período de Cura Adicional, aplicar-se-á o disposto no subitem (s) do item 6.2.1. abaixo.

3.8.11. Não serão considerados Investimentos as despesas relacionadas à manutenção, custeio e consumo da Emissora e suas subsidiárias, tais como operações "tapa-buracos", reservadas as obras que tenham por objetivo propiciar modernização e incremento de capacidade, nos termos do Regulamento Interno do Debenturista. Da mesma forma, nos termos do Regulamento Interno do Debenturista, a Emissora não financiará mais de 90% de um mesmo empreendimento com recursos obtidos através desta Emissão.

3.8.12. As Partes concordam que os valores despendidos e contabilizados nas rubricas constantes do Anexo I a este instrumento serão automaticamente considerados Investimentos. A Emissora poderá, a qualquer momento, solicitar ao Debenturista a inclusão de novos itens de Investimentos no Anexo I mediante comunicação a ser enviada nos termos da cláusula 4.14 desta Escritura. A aprovação de inclusão por parte do Debenturista deverá ocorrer por escrito, no prazo de 30 (trinta) dias contados do recebimento da solicitação. O silêncio por parte do Debenturista será interpretado como não aprovação da inclusão dos novos Investimentos no Anexo I.

CLÁUSULA IV - CARACTERÍSTICAS DA DEBÊNTURE

A Debênture terá as seguintes características:

4.1. Data de Emissão

Para todos os fins e efeitos legais, a data de emissão da Debênture será o dia da efetiva subscrição e integralização da Debênture (a "Data de Emissão").

4.2. Forma e Conversibilidade

A Debênture será simples, não conversível em ações, da forma nominativa e escritural, de emissão da Emissora. Não serão emitidos certificados. Para todos os fins de direito, a titularidade da Debênture será comprovada pelo extrato da conta de depósito emitido pelo Banco Mandatário. Adicionalmente, a debênture custodiada na CETIP terá sua titularidade comprovada pelo extrato expedido por aquela Câmara.

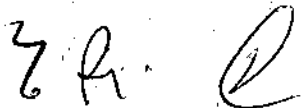
4.3. Espécie

A Debênture será da espécie com garantia flutuante.

4.4. Valor Nominal Unitário



Text_SP 2124702v20 3271/22 8



O valor nominal unitário da Debênture será de R\$500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais), na Data de Emissão (o "Valor Nominal Unitário").

4.5. Quantidade de Debêntures Emitidas

Será emitida uma única Debênture, em série única, no valor de R\$500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais), na Data de Emissão.

4.6. Prazo e Data de Vencimento

A Debênture terá prazo da Data de Emissão até a Data de Vencimento (conforme definido adiante). Para todos os efeitos legais, a data de vencimento da Debênture será o dia 31 de dezembro de 2018 (a "Data de Vencimento"), data em que será quitada a última parcela da amortização do Valor Nominal Unitário da Debênture juntamente com o valor da Remuneração (conforme abaixo definida) então devida, em moeda corrente nacional, nos termos desta Escritura.

4.7. Classificação de Risco

A Debênture obteve nota de classificação de risco (*rating*) brA+ concedida pela Standard & Poor's ("Agência Classificadora de Risco") em relatório datado de 05 de dezembro de 2008.

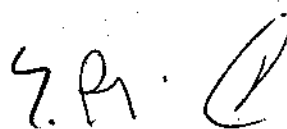
4.8. Remuneração

4.8.1. A Debênture renderá juros remuneratórios pré-fixados, correspondentes a 14,75% (quatorze vírgula setenta e cinco por cento) ao ano, base 252 dias úteis, incidentes sobre o saldo do Valor Nominal Unitário da Debênture, a partir da Data de Emissão e pagos ao final de cada Período de Capitalização, calculados em regime de capitalização composta, de forma *pro rata temporis* ("Remuneração");

O cálculo da Remuneração obedecerá à seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (FatorJuros - 1)$$

onde:



J = Valor dos juros remuneratórios devidos no final de cada Período de Capitalização, calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;

VNe = Valor nominal unitário corrigido, caso aplicável, e calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento; e

$FatorJuros$ = Fator de juros fixos calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorJuros = \left[(Taxa + 1)^{\frac{DP}{252}} \right]$$

onde:

$Taxa$ = 14,7500% (quatorze vírgula setenta e cinco por cento);

DP = Número de dias úteis entre (i) para a primeira Data de Pagamento de Remuneração, a Data de Emissão e (ii) para as demais Datas de Pagamento de Remuneração, a Data de Pagamento de Remuneração imediatamente anterior, e a Data de Pagamento de Remuneração em questão, sendo "DP" um número inteiro;

4.8.2. A primeira parcela da Remuneração será devida em 29 de junho de 2009, sendo as demais devidas nas datas definidas abaixo, sendo certo que, caso alguma das referidas datas não seja dia útil na sede da Emissora, considerar-se-á o dia útil imediatamente subsequente, observado o disposto na cláusula 4.10 abaixo (cada data de pagamento da Remuneração, uma "Data de Pagamento de Remuneração"):

Datas de Pagamento da Remuneração da Debênture	
29 de dezembro de 2009	29 de junho de 2010
29 de dezembro de 2010	29 de junho de 2011
29 de dezembro de 2011	29 de junho de 2012
31 de dezembro de 2012	01 de julho de 2013
30 de dezembro de 2013	30 de junho de 2014
29 de dezembro de 2014	29 de junho de 2015
29 de dezembro de 2015	29 de junho de 2016
29 de dezembro de 2016	29 de junho de 2017
29 de dezembro de 2017	29 de junho de 2018

4.8.3. O período de capitalização da Remuneração (o “Período de Capitalização”) é, para o primeiro Período de Capitalização, o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão e termina na primeira Data de Pagamento de Remuneração, e para os demais Períodos de Capitalização, o intervalo de tempo que se inicia em uma Data de Pagamento de Remuneração, e termina na Data de Pagamento de Remuneração subsequente.

4.8.4. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade, até a Data de Vencimento.

4.9. Preço de Subscrição e Integralização

4.9.1. O preço de subscrição e integralização da Debênture será o seu Valor Nominal Unitário na Data de Emissão (“Preço de Subscrição”).

4.9.2. A integralização da Debênture será à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição, de acordo com as normas de liquidação aplicáveis à CETIP.

4.10. Local de Pagamento

Os pagamentos a que faz jus o Debenturista serão efetuados utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP. Caso a Debênture não esteja custodiada junto à CETIP, seus pagamentos serão realizados junto ao Banco Mandatário.

4.11. Prorrogação dos Prazos

Considerar-se-ão automaticamente prorrogados os prazos para pagamento de qualquer obrigação prevista ou decorrente da presente Escritura de Emissão, até o primeiro dia útil subsequente, sem acréscimo de juros ou de qualquer outro encargo moratório aos valores a serem pagos, quando a data de pagamento coincidir com dia em que não haja expediente comercial ou bancário na Cidade de São Paulo, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados pela CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo, ou quando ocorrer algum problema operacional envolvendo os sistemas responsáveis pela liquidação das respectivas obrigações.

4.12. Encargos Moratórios

Ocorrendo atraso imputável à Emissora no pagamento de qualquer quantia devida ao Debenturista, os débitos em atraso e não pagos pela Emissora ficarão sujeitos à (i) multa moratória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido; e (ii) juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, ambos calculados sobre os valores em atraso desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial. Além disso, fica a Emissora obrigada a arcar com as eventuais despesas incorridas para a cobrança dos valores.

4.13. Publicidade

Todos os atos e decisões que, de qualquer forma, vierem a envolver direta ou indiretamente, os interesses do Debenturista, deverão ser obrigatoriamente comunicados sob a forma de "Aviso ao Debenturista" a ser enviado aos endereços do Debenturista e do Agente Fiduciário, sendo que tais comunicados serão considerados entregues quando recebidos sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pelo correio.

4.14. Comunicações

As comunicações a serem enviadas por quaisquer das partes nos termos desta Escritura serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pelo correio ou por telegrama, nos endereços seguintes:

Para a Emissora:

COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

Av. Chedid Jafet 222, bloco B, 5º andar

04551-065 São Paulo, SP

At.: Diretor Financeiro

Telefone: (11) 3048-5921

Fac-símile: (11) 3048-5911

Para o Agente Fiduciário:

PAVARINI DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.

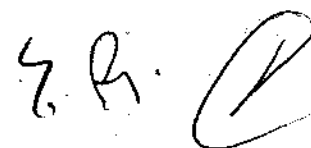
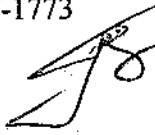
Rua Sete de Setembro 99, 24º andar

20050-005 Rio de Janeiro, RJ

At.: Sr. Carlos Alberto Bacha/Sr. Rinaldo Rabello Ferreira

Telefone: (21) 2507-1949

Fac-símile: (21) 2507-1773



Para a instituição responsável pelos serviços de Banco Mandatário e Instituição Depositária:

BANCO ITAÚ S.A.

Avenida Engenheiro Armando Arruda Pereira, 707 - 9º andar

04344-902 São Paulo, SP

At.: Sr. José Nilson Cordeiro

Telefone: (11) 5029-1317

Fac-símile: (11) 5029-1917

Para a CETIP:

Rua Libero Badaró, 425 - 24º andar

01009-000 São Paulo, SP

At. Área de Valores Mobiliários

Telefone: (11) 3111-1400

Fac-símile: (11) 3111-1563

4.15. Repactuação

Não haverá repactuação da Debênture.

4.16. Resgate Antecipado Facultativo

4.16.1 A Debênture poderá ser resgatada antecipadamente nas seguintes hipóteses: (A) a qualquer momento, a critério da Emissora, desde que verificados cumulativamente: (i) prazo mínimo de 24 (vinte e quatro) meses a contar da Data de Emissão e (ii) ocorrência da Comprovação dos Investimentos nos termos e condições descritos no item 3.8 desta Escritura de Emissão. Neste caso, o resgate antecipado dar-se-á por meio de aviso prévio de no mínimo 60 (sessenta) dias ao Agente Fiduciário e ao Debenturista; ou (B) nos termos do item 3.8.6 desta Escritura. Na hipótese descrita na cláusula 3.8.6 desta Escritura, a Emissora poderá resgatar a Debênture por meio de aviso prévio de até 15 (quinze) dias, que deverá mencionar a data do resgate antecipado, através de comunicação conforme definido no item 4.14 desta Escritura ("Resgate Antecipado").

4.16.2. O preço de resgate das Debêntures deverá ser equivalente à soma (a) do Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a Data de Pagamento de Remuneração imediatamente anterior até a data do efetivo resgate ("Data de Resgate Antecipado") e (b) do Ajuste de Resgate Antecipado, conforme definido adiante.

4.16.3. Para fins do item 4.16.2 da Cláusula IV, “Ajuste de Resgate Antecipado” será obtido através da seguinte fórmula:

$$ARA = (P \times (DD/TDC)) \times (VNe + J)$$

onde:

ARA = valor unitário do ajuste de resgate antecipado, expresso em R\$, calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;

P = 0,015

DD = número de dias úteis a partir da data do resgate até a Data de Vencimento; e

TDC = número total de dias úteis desde 29 de dezembro de 2010 até a Data de Vencimento.

VNe= valor nominal unitário ou Saldo do valor nominal unitário, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

J= valor dos juros devidos na data do resgate antecipado, calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;

4.17. Amortização Programada

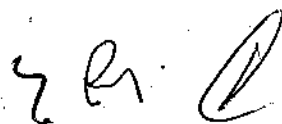
O valor do principal não sofrerá atualização e será pago em três parcelas, nos valores e nas datas identificados na tabela a seguir:

Data de Pagamento do Principal	Valor de Amortização
29 de dezembro de 2016	R\$ 166.666.666,66
29 de dezembro de 2017	R\$ 166.666.666,67
31 de dezembro de 2018	R\$ 166.666.666,67

4.18 Fundo de Manutenção de Liquidez

Não será constituído fundo de manutenção de liquidez da Debênture.

4.19. Isenção Tributária



Caso o Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, deverá encaminhar ao Banco Mandatário no ato da subscrição a sua condição de imune ou isento. Em caso de alteração posterior, nessa condição, o Debenturista deverá comunicar ao Banco Mandatário. Em caso de negociação da Debênture pelo Debenturista, os novos subscritores se obrigam a informar ao Banco Mandatário sua condição de imune ou isento caso goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária.

4.20. Decadência dos Direitos aos Acréscimos

O não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer obrigações pecuniárias nas datas previstas nesta Escritura de Emissão ou em qualquer comunicação realizada ou aviso publicado nos termos desta Escritura não lhe dará o direito a qualquer acréscimo no período relativo ao atraso no recebimento, assegurados, todavia, os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento ou pagamento, no caso de impontualidade no pagamento.

CLÁUSULA V – ADITAMENTO À PRESENTE ESCRITURA DE EMISSÃO

Quaisquer aditamentos a esta Escritura deverão ser firmados pela Emissora e pelo Agente Fiduciário e posteriormente arquivados na JUCESP.

CLÁUSULA VI – AQUISIÇÃO DA DEBÊNTURE PELA EMISSORA E VENCIMENTO ANTECIPADO

6.1. Aquisição Facultativa

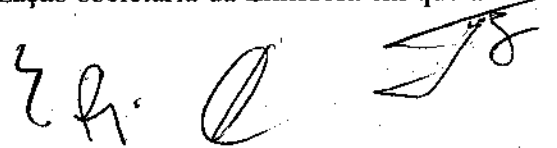
6.1.1. A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir a Debênture em circulação por preço não superior ao seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração calculada *pro rata temporis*, desde a Data da Emissão ou da Data de Pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, observando o disposto no parágrafo 2º, do artigo 55, da Lei das Sociedades por Ações.

6.2. Vencimento Antecipado

6.2.1. São considerados eventos de vencimento antecipado da Debênture desta Emissão, acarretando a imediata exigibilidade do pagamento, pela Emissora, do Valor Nominal Unitário da Debênture, acrescido da Remuneração devida desde a Data de Emissão ou desde o pagamento da última remuneração, calculada *pro rata temporis* até a data do efetivo pagamento (o “Valor de Liquidação

Antecipada”), quaisquer dos seguintes eventos:

- (a) protesto legítimo e reiterado de títulos contra a Emissora ou contra uma de suas Controladas Relevantes (conforme definido abaixo), no mercado local ou internacional em valor, individual ou agregado contra a Emissora ou contra uma determinada Controlada Relevante, superior a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), ou seu valor equivalente em outras moedas convertido de acordo com a Taxa de Conversão (conforme definida adiante), salvo se no prazo de 30 (trinta) dias corridos contados dos referidos protestos, (i) seja validamente comprovado pela Companhia que o(s) protesto(s) foi/foram efetuado(s) por erro ou má-fé de terceiros; (ii) for/forem cancelado(s) ou sustados, ou ainda, (iii) forem prestadas garantias em juízo;
- (b) pedido por parte da Emissora ou de qualquer uma de suas Controladas Relevantes de qualquer plano de recuperação judicial ou extrajudicial a qualquer credor ou classe de credores, independentemente de ter sido requerida ou obtida homologação judicial do referido plano; ou se a Emissora ingressar em juízo com requerimento de recuperação judicial, independentemente de deferimento do processamento da recuperação ou de sua concessão pelo juiz competente; ou, ainda, se a Emissora formular pedido de autofalência;
- (c) liquidação, dissolução, extinção, insolvência, deferimento ou decretação de falência da Emissora ou de uma de suas Controladas Relevantes;
- (d) não pagamento, pela Emissora, das obrigações pecuniárias devidas ao Debenturista, nas datas previstas nesta Escritura de Emissão, não sanado no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data de vencimento original;
- (e) falta de cumprimento pela Emissora de qualquer obrigação não pecuniária relevante prevista nesta Escritura de Emissão, não sanada em 30 (trinta) dias corridos, contados da data do recebimento, pela Emissora, de aviso escrito que lhe for enviado pelo Agente Fiduciário;
- (f) realização de redução de capital social ou amortização de ações da Emissora, ou, ainda, reembolso de ações de acionistas da Emissora, nos termos do artigo 45 da Lei das Sociedades por Ações, que representem mais de 10% do patrimônio líquido (conforme a última demonstração financeira auditada da Emissora), após a data de assinatura da presente Escritura de Emissão, sem que haja anuência prévia do Debenturista, representado pelo Agente Fiduciário, conforme disposto no artigo 174 da Lei das Sociedades por Ações;
- (g) cisão, fusão, incorporação ou qualquer forma de reorganização societária da Emissora em que a

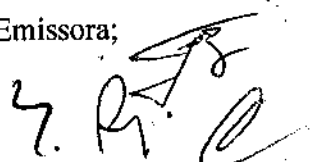


Emissora não seja a sociedade resultante da reorganização;

- (h) alienação do atual controle da Emissora sem prévia e expressa aprovação do Debenturista manifestada em Assembléia Geral de Debenturista ("AGD") especialmente convocada para esse fim, tendo "alienação" a definição do artigo 254-A, 1º da Lei das Sociedades por Ações e com base no artigo 2º da Instrução CVM nº 361, de 5 de março de 2002;
- (i) pagamento de dividendos ou juros sobre capital próprio pela Emissora, caso a Emissora esteja inadimplente com suas obrigações pecuniárias descritas nesta Escritura de Emissão;
- (j) pedido de falência formulado por terceiros em face da Emissora e não devidamente elidido ou contestado e garantido pela Emissora no prazo legal;
- (k) o quociente obtido da divisão da Dívida Líquida pelo EBITDA, apurado com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Emissora, superar:
 - (i) Para cada trimestre até (e incluindo) o trimestre encerrado em 31 de março de 2011, 3,00 (três);
 - (ii) Para cada trimestre após (e excluindo) o trimestre encerrado em 31 de março de 2011 e até (e incluindo) o trimestre encerrado em 31 de dezembro de 2012, 4,00 (quatro);
 - (iii) Para cada trimestre após (e excluindo) o trimestre encerrado em 31 de dezembro de 2012 e até (e incluindo) o trimestre encerrado em 31 de dezembro de 2016, 3,50 (três vírgula cinquenta); e
 - (iv) Para cada trimestre após (e excluindo) o trimestre encerrado em 31 de dezembro de 2016, 3,00 (três).
- (l) o quociente obtido da divisão do EBITDA pelo Resultado Financeiro, apurado com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Emissora, ser inferior a, para cada trimestre até (e incluindo) o trimestre encerrado em 31 de março de 2011, 2,00 (dois).

Para estes fins, considera-se:

(I) "Dívida Líquida" significa a soma do saldo dos empréstimos e financiamentos, incluindo, sem limitação, a Debênture, bem como avais, fianças e demais garantias prestadas em benefício de empresas não consolidadas nas demonstrações financeiras consolidadas da Emissora, diminuído do somatório de (i) Disponibilidades (conforme definido abaixo) e (ii) saldo da conta 'Conta Reserva' registrada no Realizável a Longo Prazo das demonstrações financeiras consolidadas da Emissora;



(II) "Disponibilidades" significa a soma do saldo das seguintes contas do balanço patrimonial da Companhia: "Caixa e Bancos", "Aplicações Financeiras", e "Conta Reserva";

(III) "EBITDA" significa o valor calculado pelo regime de competência ao longo dos últimos 12 (doze) meses, igual à soma das receitas líquidas, diminuídas de (i) custo dos serviços prestados, (ii) despesas administrativas, somadas de (i) despesas de depreciação, amortização e (ii) amortização dos valores referentes ao custo da outorga das concessões da Emissora; e

(IV) "Resultado Financeiro" significa as despesas financeiras calculadas pelo regime de competência ao longo dos últimos 12 (doze) meses (excluídas as variações monetárias e cambiais passivas e o resultado das operações de *hedge* cambial), deduzidas das receitas financeiras (excluídas as variações monetárias e cambiais ativas e o resultado das operações de *hedge* cambial) calculadas pelo regime de competência ao longo dos últimos 12 (doze) meses (excluídas as variações monetárias e cambiais ativas), em bases consolidadas.

- (m) não pagamento, na data de vencimento original ou de vencimento antecipado ou, ainda, em qualquer data que venha a ser acordada pelas partes do contrato, não sanado no prazo previsto no respectivo contrato ou acordo, de quaisquer obrigações financeiras da Emissora ou qualquer Controlada Relevante, no mercado local ou internacional, em valor, individual ou agregado contra a Emissora ou contra uma determinada Controlada Relevante, superior a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), ou seu valor equivalente em outras moedas convertido de acordo com a Taxa de Conversão, ressalvada a hipótese de, por meio de qualquer medida judicial ou arbitral cabível, serem suspensos os efeitos do inadimplemento;
- (n) não cumprimento de qualquer decisão ou sentença judicial transitada em julgado contra a Emissora ou qualquer Controlada Relevante, em valor agregado igual ou superior a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), ou seu valor equivalente em outras moedas convertido de acordo com a Taxa de Conversão, no prazo de até 30 (trinta) dias corridos da data estipulada para pagamento;
- (o) transformação da Emissora em sociedade limitada, nos termos dos artigos 220 a 222 das Leis das Sociedades por Ações;
- (p) (i) perda, caducidade, cassação, encampação ou extinção de qualquer concessão detida por qualquer Controlada Relevante, a não ser que referida Controlada Relevante represente menos



do que 15% da Receita Bruta Consolidada da Emissora (conforme a última demonstração financeira auditada da Emissora) e, excluída aquela Controlada Relevante dos cálculos de EBITDA, os covenats financeiros dos itens (k) e (l) desta cláusula não sejam descumpridos; ou ainda, (ii) perda, caducidade, cassação, encampação ou extinção de qualquer permissão ou autorização detida pela Emissora ou qualquer Controlada Relevante que resulte em um efeito adverso relevante na capacidade da Emissora de cumprir com suas obrigações pecuniárias decorrentes desta Emissão; exceto se, nas hipóteses dos casos (i) e (ii) acima, dentro do prazo de 60 (sessenta) dias a contar da data de tal perda, caducidade, cassação, encampação, extinção de concessão, permissão ou autorização, a Emissora comprove a existência de provimento jurisdicional autorizando a regular continuidade das atividades da referida concessão, permissão ou autorização;

- (q) transferência ou qualquer forma de cessão ou promessa a terceiros, pela Emissora, das obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão, sem prévia expressa anuência do Debenturista manifestada em AGD convocada para este fim;
- (r) provarem-se falsas ou revelarem-se incorretas ou enganosas, quaisquer declarações ou garantias relevantes prestadas pela Emissora nesta Escritura de Emissão ou no Contrato de Distribuição;
- (s) a não realização da Comprovação dos Investimentos até o final do Período de Cura ou Período de Cura Adicional, nos termos do item 3.8.6; e
- (t) a Emissora utilizar as notas fiscais/faturas comprobatórias dos Investimentos, como base de outro relatório de comprovação de investimento com outra fonte de financiamento, ocorrendo a duplicação do lastro do financiamento.

6.2.2. O valor de R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) a que se referem os itens (a), (l) e (m) será corrigido pela variação acumulada do IGP-M, a partir da Data de Emissão.

6.2.3. As referências a "Controladas Relevantes" presentes nesta escritura de Emissão deverão referir-se às controladas da Emissora que representem 10% (dez por cento) ou mais da receita bruta consolidada da Emissora, conforme a última demonstração financeira auditada da Emissora. Na data desta Emissão, as Controladas que se enquadram neste conceito são: Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A. ("NovaDutra"), Concessionária Sistema Anhanguera Bandeirantes S.A. ("AutoBan"), Concessionária das Rodovias do Oeste de São Paulo – ViaOeste S.A. ("ViaOeste") e RodoNorte - Concessionária de Rodovias Integradas S.A ("RodoNorte").

6.2.4. As referências a “controle” encontradas no item 6.2 e em seus subítemis acima, deverão ser entendidas como tendo o sentido conferido pelo artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações.

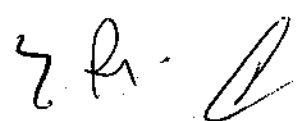
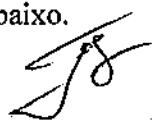
6.2.5. As referências a “Taxa de Conversão” presentes nesta escritura de Emissão correspondem à taxa de conversão de Dólares dos Estados Unidos da América para Reais, conforme cotação divulgada pelo Banco Central do Brasil, via Sistema do Banco Central do Brasil – SISBACEN, no Boletim de Taxas de Câmbio e de Mercado, código PTAX800, opção 5/venda, moeda 220 ou índice que vier a substituí-la, relativos ao dia imediatamente anterior à data de ocorrência do evento em questão.

6.2.6. Na ocorrência de qualquer dos eventos de vencimento antecipado da Debênture elencados no item 6.2.1 acima, o Agente Fiduciário deverá, em até 5 (cinco) dias úteis contados da data em que tomar ciência da ocorrência do referido evento, convocar AGD para deliberar acerca da declaração do vencimento antecipado da Debênture.

6.2.7. A AGD a que se refere a Cláusula 6.2.6 acima somente poderá determinar que o Agente Fiduciário não declare o vencimento da Debênture por deliberação de titulares detentores de, no mínimo, 66% (sessenta e seis por cento) das Debêntures em circulação, conforme definido na Cláusula 9.3.2 desta Escritura.

6.2.8. Caso, em sendo convocada a AGD nos termos desta Escritura, esta não venha a se realizar, ou caso a AGD se realize e não haja, respeitada a forma de convocação e o quorum estabelecido na Cláusula 9.3.1 abaixo, (i) deliberação na data originalmente estabelecida para sua realização, ou (ii) quorum, em qualquer caso decorrente de ato ou fato não imputável ao Agente Fiduciário, este deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes da Debênture e exigir o imediato pagamento pela Emissora do saldo devedor do Valor Unitário da Debênture, acrescido da Remuneração, devida até a data do efetivo pagamento, calculada pro rata temporis, e dos demais encargos devidos nos termos desta Escritura;

6.2.9. Caso os Debenturistas, nos termos do item 6.2.7 acima, decidam pelo vencimento antecipado da Debênture, o Agente Fiduciário terá até 3 (três) dias úteis para comunicar a Emissora dessa decisão, mediante carta protocolada no endereço constante da Cláusula 4.14 desta Escritura de Emissão. Na data em que a Emissora receber referida comunicação será considerado oficializado o vencimento antecipado da Debênture (“Data de Vencimento Antecipado”). A Emissora então terá 5 (cinco) dias úteis, a partir da Data de Vencimento Antecipado, para pagar os valores devidos descritos no item 6.2.10 abaixo.



6.2.10. Em caso de declaração do vencimento antecipado da Debênture pelo Agente Fiduciário, a Emissora obriga-se a efetuar o pagamento do Valor Nominal Unitário da Debênture em circulação, acrescido da Remuneração calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão ou da última Data de Pagamento da Remuneração até a data do efetivo pagamento das Debêntures vencidas, acrescido dos encargos moratórios previstos no item 4.12 e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura da Emissão.

CLÁUSULA VII - OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

7.1. Observadas as demais obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, até o pagamento integral da Debênture, a Emissora obriga-se ainda a:

(a) encaminhar ao Agente Fiduciário:

a.1) dentro do prazo legalmente estabelecido, após o término de cada exercício social, ou na data de sua divulgação, o que ocorrer primeiro, cópia de suas demonstrações financeiras completas relativas ao respectivo exercício, acompanhadas do relatório da administração, do parecer dos auditores independentes e do memorial de cálculo do índice financeiro previsto na alínea (k) do item 6.2.1 acima;

a.2) dentro do prazo legalmente estabelecido, após o término de cada trimestre, cópia de suas demonstrações financeiras completas relativas ao respectivo trimestre, acompanhadas do memorial de cálculo do índice financeiro previsto na alínea (k) do item 6.2.1 acima;

a.3) cópia das informações periódicas e eventuais exigidas pelas normas da CVM, nos prazos legalmente previstos, inclusive as Informações Anuais – IAN, Informações trimestrais – ITR e Estatuto Social atualizados;

a.4) qualquer informação relevante para a presente Emissão que lhe venha a ser solicitada pelo Agente Fiduciário;

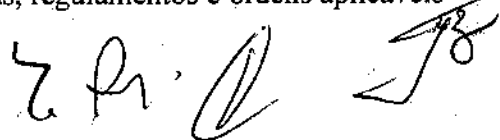
a.5) cópia de qualquer correspondência ou notificação judicial ou extrajudicial recebida, relacionada a um evento de inadimplemento das obrigações assumidas nesta Escritura, em prazo



não superior a 10 (dez) dias úteis após o seu recebimento;

a.6) informações a respeito da ocorrência de qualquer dos eventos indicados no item 6.2.1, no prazo de 10 (dez) dias úteis após a sua ocorrência;

- (b) manter sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil e dar ao Agente Fiduciário acesso irrestrito: 1) a todo e qualquer relatório do auditor independente que tenham recebido; e 2) aos livros e aos demais registros contábeis, quando requerido pelo Debenturista;
- (c) submeter, na forma da lei, suas demonstrações financeiras a exame de empresa de auditoria independente registrada na CVM;
- (d) manter sempre atualizados seus respectivos registros de companhia aberta junto à CVM, nos termos das Instruções CVM aplicáveis, e fornecer ao Debenturista as demonstrações financeiras elaboradas e aprovadas, previstas no artigo 176 da Lei das Sociedades por Ações, quando solicitado;
- (e) não praticar qualquer ato em desacordo com esta Escritura de Emissão e o seu estatuto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;
- (f) tomar todas as medidas necessárias para preservar todos os seus direitos, títulos de propriedade, concessões, licenças (inclusive licenças ambientais) e ativos essencialmente necessários para continuar conduzindo seus negócios e os negócios de suas subsidiárias dentro do respectivo objeto social;
- (g) manter seus bens adequadamente segurados, conforme práticas correntes de mercado, bem como fazer com que suas Controladas Relevantes mantenham os seguros exigidos de acordo com os termos prazos e condições, inclusive relativos a eventuais períodos de cura, estipulados nos respectivos contratos de concessão, quando aplicável;
- (h) manter contratado durante o prazo de vigência da Debênture, às suas expensas, o Banco Mandatário e o Agente Fiduciário;
- (i) observar os limites de emissão previstos no artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações;
- (j) cumprir, em todos os aspectos relevantes, todas as leis, regras, regulamentos e ordens aplicáveis



em qualquer jurisdição na qual realize negócios ou possua ativos;

- (k) não pagar dividendos, ressalvado o disposto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, nem qualquer outra participação estatutariamente prevista, se estiver em mora relativamente ao pagamento de quaisquer valores devidos ao Debenturista relativos à Debênture objeto desta Escritura de Emissão, cessando tal proibição tão logo seja purgada a mora;
- (l) efetuar o pagamento de todas as despesas comprovadas pelo Agente Fiduciário que venham a ser necessárias para proteger os direitos e interesses do Debenturista ou para realizar seus créditos, inclusive honorários advocatícios e outras despesas e custos incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida ao Debenturista nos termos desta Escritura;
- (m) responder pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência de todas as informações diretamente prestadas nesta Escritura;
- (n) convocar, nos termos do item 9.1 desta Escritura, AGD para deliberar sobre qualquer das matérias que, direta ou indiretamente, se relacione com a presente Emissão, caso o Agente Fiduciário não o faça;
- (o) contratar agência classificadora de risco internacional em funcionamento no País para obtenção de *rating* para (i) manter atualizado o relatório de avaliação da Debênture, com periodicidade mínima de 1 (um) ano, até o vencimento da Debênture, bem como dar ampla divulgação de tal avaliação ao mercado; (ii) assegurar que seja entregue ao Agente Fiduciário os relatórios de classificação de risco dentro de cada exercício social ou 5 (cinco) dias após sua elaboração; e (iii) comunicar ao Agente Fiduciário qualquer alteração da classificação de risco da Debênture, no prazo de 5 (cinco) dias. Caso a agência de *rating* contratada cesse suas atividades no Brasil ou, por qualquer motivo, esteja ou seja impedida de emitir o *rating*, a Emissora deverá notificar o Agente Fiduciário que convocará uma AGD para que seja definida a nova agência de *rating*;
- (p) providenciar a realização de reuniões trimestrais entre sua diretoria financeira e operacional e o Debenturista sobre o andamento dos Investimentos, em data acordada mutuamente entre a Emissora e o Debenturista, conforme solicitação prévia do Debenturista, mediante o envio de comunicação, na forma do item 4.14, com no mínimo 15 (quinze) dias de antecedência da data proposta pelo Debenturista para reunião;
- (q) manter verdadeiras as declarações constantes nos itens (a), (c), (d), (f) e (g) da cláusula X desta Escritura;

- (r) manter atualizadas as Informações Anuais – IAN da Emissora, de acordo com os requerimentos legais e regulatórios;
- (s) na hipótese de o Debenturista resolver registrar a Debênture para negociação ou distribuição secundária, cooperar no que for necessário para elaboração de um prospecto nos termos da Instrução CVM 400, devendo a Emissora assumir todas as despesas relacionadas à confecção de tal prospecto, bem como as outras providências relacionadas aos registros aqui referidos, tais como taxas de CVM, CETIP, honorários de assessores legais, publicações e anúncios, sendo certo que os custos com o Banco Mandatário (inclusive comissão), ficarão a cargo do Debenturista; e
- (t) comparecer à AGD, sempre que solicitado e convocado nos prazos previstos nesta Escritura.

CLÁUSULA VIII - AGENTE FIDUCIÁRIO

8.1. Nomeação

A Emissora constitui e nomeia Agente Fiduciário do Debenturista, Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., acima qualificado, o qual, neste ato e pela melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da Escritura, representar o Debenturista perante a Emissora.

8.2. Declaração

O Agente Fiduciário do Debenturista, nomeado na presente Escritura, declara sob as penas da Lei:

- (a) não ter qualquer impedimento legal, sob as penas da lei, conforme artigo 66, §3º, da Lei das Sociedades por Ações, e o artigo 10 da Instrução CVM nº 28 de 23 de novembro de 1983 ("Instrução CVM nº 28") e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares, para exercer a função que lhe é conferida;
- (b) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura de Emissão;
- (c) aceitar integralmente a presente Escritura de Emissão, todas as suas cláusulas e condições;

- (d) não ter qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- (e) estar devidamente qualificado a exercer as atividades de agente fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente;
- (f) que esta Escritura de Emissão constitui uma obrigação legal, válida, vinculante e eficaz do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- (g) que a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (h) que verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura;
- (i) que verificou a observância, pela Emissora, dos limites de emissão previstos no artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações;
- (j) estar ciente da regulamentação aplicável, emanada do Banco Central do Brasil e da CVM; e
- (k) que as pessoas que o representam na assinatura desta Escritura têm poderes bastantes para tanto.

8.2.1. O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de assinatura desta Escritura de Emissão, devendo permanecer no exercício de suas funções até a Data de Vencimento da Debênture ou até a sua efetiva substituição.

8.2.2. A Emissora, por sua vez, declara não ter conhecimento de fato que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções, nos termos da Lei das Sociedades por Ações e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares.

8.3. Substituição

8.3.1. Nas hipóteses de ausência, impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, ou qualquer outro caso de vacância, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do evento que a determinar, AGD para a escolha de novo agente fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, pelo Debenturista, ou pela CVM.

8.3.2. Na hipótese de a convocação da AGD a que se refere o item 8.3.1 acima não ocorrer em até 15

Handwritten signatures and initials.

(quinze) dias antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar a substituição, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário, de modo que a função de agente fiduciário não fique vaga por mais de 30 (trinta) dias.

8.3.3. A remuneração do novo agente fiduciário será de responsabilidade da Emissora e definida na própria AGD que escolher o novo agente fiduciário, observado o disposto no subitem 8.3.7 adiante, sendo certo que não ultrapassará 110% do valor de remuneração do Agente Fiduciário substituído.

8.3.4. Na hipótese de o Agente Fiduciário não poder continuar a exercer suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá comunicar imediatamente o fato ao Debenturista, pedindo sua substituição.

8.3.5. É facultado ao Debenturista, após o encerramento da distribuição da Debênture, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em assembléia especialmente convocada para esse fim.

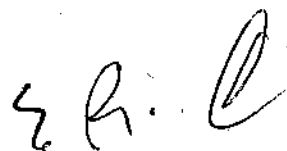
8.3.6. A substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário fica sujeita à comunicação prévia à Emissora e à manifestação da CVM acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º da Instrução CVM 28, e eventuais normas posteriores.

8.3.7. O Agente Fiduciário substituto fará jus à mesma remuneração percebida pelo anterior, caso a Assembléia de Debenturista não delibere sobre a matéria. A parcela anual devida ao substituto será calculada *pro rata temporis*, a partir da data de início do exercício de sua função como agente fiduciário.

8.3.8. A substituição do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento à Escritura, devendo ser arquivada na Junta Comercial.

8.3.9. O Agente Fiduciário entrará no exercício de suas funções a partir da data da lavratura da Escritura ou de eventual aditamento em que for nomeado como substituto para exercer a função, devendo permanecer no exercício de suas funções até a efetiva substituição ou até a Data de Vencimento.

8.3.10. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos emanados da CVM.



8.4. Deveres

Além de outros previstos em lei, ou em ato normativo da CVM, e nesta Escritura, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (a) proteger os direitos e interesses do Debenturista, aplicando no exercício da função o cuidado e a diligência que toda pessoa ativa e proba costuma empregar na administração de seus próprios negócios;
- (b) renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra circunstância que lhe impeça o exercício da função;
- (c) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (d) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (e) promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, o registro desta Escritura e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes;
- (f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando o Debenturista acerca de eventuais omissões ou inconsistências constantes de tais informações;
- (g) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições da Debênture;
- (h) elaborar relatório anual e o disponibilizar ao Debenturista, dentro de 4 (quatro) meses do encerramento do exercício social da Emissora, informando os fatos relevantes ocorridos durante o exercício relativo à execução das obrigações assumidas pela Emissora, bem como anexar ao relatório declaração sobre sua aptidão para continuar no exercício da função de Agente Fiduciário;
- (i) solicitar, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas perante órgãos e entidades públicas e ofícios de registros públicos;

- (j) solicitar, quando considerar necessário, e desde que permitido pela legislação aplicável, auditoria extraordinária na Emissora;
- (k) convocar AGD, quando necessário;
- (l) comparecer à AGD a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (m) elaborar relatório destinado ao Debenturista, nos termos do artigo 68, §1º, alínea "b", da Lei das Sociedades por Ações, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:
- 1.1) eventual omissão ou inconsistência de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora, ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na prestação obrigatória de informações pela Emissora;
 - 1.2) alterações estatutárias ocorridas no período;
 - 1.3) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e a estrutura de capital da Emissora;
 - 1.4) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da Emissão da Debênture, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
 - 1.5) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura;
 - 1.6) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário; e
 - 1.7) relação dos bens e valores eventualmente entregues à sua administração.
- (n) disponibilizar exemplar do relatório de que trata a alínea "h" ao Debenturista no prazo máximo de 4 (quatro) meses, a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais: (a) na sede da Emissora; (b) no local indicado pelo Agente Fiduciário; e (c) na sede da instituição intermediária líder responsável pela colocação da Debênture;

- (o) publicar, às expensas da Emissora, nos órgãos da imprensa em que a Emissora deva efetuar suas publicações, anúncio comunicando ao Debenturista que o refeitório se encontra à sua disposição nos locais indicados na alínea "m";
- (p) manter atualizado o endereço do Debenturista mediante, inclusive, gestões junto à Emissora e ao Banco Mandatário e à CETIP;
- (q) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura, especialmente daquelas impositivas de obrigações de fazer e de não fazer; e
- (r) notificar o Debenturista, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas na Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos.

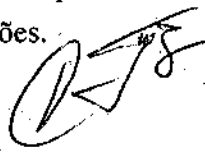
8.5. Atribuições Específicas

8.5.1. O Agente Fiduciário utilizará quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses do Debenturista e da realização de seu crédito, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora:

- (a) declarar, observadas as condições da presente Escritura, antecipadamente vencida a Debênture e cobrar seu principal e acessórios;
- (b) tomar toda e qualquer providência necessária para a realização do crédito do Debenturista;
- (c) requerer a falência da Emissora; e
- (d) representar o Debenturista em processo de falência, recuperação judicial e/ou extrajudicial, intervenção ou liquidação da Emissora.

8.5.2. O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas "a" a "d" do *caput* deste artigo se, convocada AGD, o Debenturista assim o autorizar.

8.5.3. Caso a AGD não conceda a autorização mencionada no item 8.5.2 acima, responderá o Agente Fiduciário perante o Debenturista pelos prejuízos que lhe causar em decorrência de culpa ou dolo no exercício de suas funções, nos termos do artigo 68, §4º da Lei das Sociedades por Ações.

4. 2. 

8.6. Remuneração

8.6.1. Será devida ao Agente Fiduciário, ou à instituição que vier a substituí-lo nesta qualidade, a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura, uma remuneração, às expensas da Emissora, a ser paga da seguinte forma:

- (a) parcelas anuais de R\$ 12.000,00 (doze mil reais), sendo a primeira devida no 5º dia após a Data de Emissão, e as demais nos anos subsequentes, até a Data de Vencimento, observado o disposto na alínea "c", abaixo;
- (b) a remuneração cobre os serviços a serem prestados pela equipe técnica do Agente Fiduciário em reunião formal com a Emissora ou com o Debenturista;
- (c) a remuneração será devida mesmo após o vencimento da Debênture, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora;
- (d) as parcelas serão atualizadas anualmente pelo IGP-M a partir da Data de Emissão;
- (e) a remuneração não inclui despesas com viagens, estadias e publicações necessárias ao exercício das atribuições do Agente Fiduciário, durante ou após a implantação do serviço;
- (f) em caso de inadimplência da Emissora, todas as despesas com procedimentos legais e administrativos, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses do Debenturista deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelo Debenturista; alternativamente e enquanto existir um único Debenturista, todos os procedimentos judiciais e extra-judiciais decorrentes do disposto nesta Escritura poderão ser exercidos diretamente pelo Debenturista, sem necessidade de intervenção do Agente Fiduciário; e
- (g) os impostos e contribuições incidentes diretamente sobre os honorários (tais como ISS, PIS e Cofins) e outros que venham a incidir serão acrescidos à remuneração proposta, excetuando-se o Imposto de Renda, às alíquotas vigentes na data dos pagamentos.

8.7. Despesas

8.7. A Emissora ressarcirá o Agente Fiduciário de todas as despesas razoáveis em que ele tenha comprovadamente incorrido para proteger os direitos e interesses do Debenturista ou para realizar seus

2 R. 0 JS

créditos, desde que tais despesas tenham sido previamente comunicadas à Emissora.

8.7.1. O ressarcimento a que se refere este item será efetuado em até 10 (dez) dias úteis contados da entrega à Emissora dos documentos comprobatórios das despesas efetivamente incorridas e necessárias à proteção dos direitos do titular da Debênture.

8.7.2. O crédito do Agente Fiduciário por despesas que tenha feito para proteger direitos e interesses ou realizar créditos do Debenturista, que não tenham sido saldados na forma do item 8.7.1 acima, será acrescido à dívida da Emissora e gozará das mesmas garantias da Debênture, preferindo a esta na ordem de pagamento.

8.7.3. Se qualquer quantia devida ao Debenturista em virtude desta Escritura for paga por meio de ação judicial ou sua cobrança for feita através de advogados, a Emissora deverá pagar, em complemento a todos os valores devidos previstos nesta Escritura e relativos à Debênture, honorários advocatícios e outras despesas e custas incorridas devido a tal cobrança, razoáveis e devidamente comprovadas.

CLÁUSULA IX - ASSEMBLÉIA DE DEBENTURISTA

À AGD aplicar-se-á o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações.

9.1. Convocação

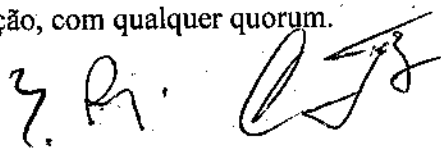
9.1.1. O Debenturista poderá, a qualquer tempo, deliberar em sede de AGD sobre matéria de seu interesse.

9.1.2. A AGD desta Emissão poderá ser convocada pela Emissora, pelo Agente Fiduciário ou pelo Debenturista ou debenturistas, se for o caso, que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) dos títulos em circulação.

9.1.3. Aplicar-se-á à AGD, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações para Assembléia Geral de Acionistas.

9.2. Quorum de Instalação

9.2.1. A AGD se instalará, em primeira convocação, com a presença de titulares de, no mínimo, metade das Debêntures (se aplicável) em circulação e, em segunda convocação, com qualquer quorum.



9.2.2. A presidência da AGD caberá aos debenturistas eleitos pelos titulares das Debêntures.

9.3. Quorum de Deliberação

9.3.1. Nas deliberações da AGD, a cada Debênture em circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, debenturista ou não. Todas as deliberações a serem tomadas em AGD dependerão de aprovação de debenturistas que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação, conforme o caso.

9.3.2. Para os fins de apuração (i) do quorum de instalação em qualquer AGD, serão excluídas as Debêntures pertencentes, direta ou indiretamente, à Emissora ou a qualquer controladora ou controlada, direta ou indireta, da Emissora, ou a qualquer coligada da Emissora, ou qualquer de seus diretores, conselheiros ou acionistas; e (ii) do quorum de deliberação em qualquer AGD, além do disposto no item (i) acima, também serão excluídos os votos em branco.

9.3.3. Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas AGD, a não ser quando ela seja solicitada pelo Agente Fiduciário, hipótese em que será obrigatória.

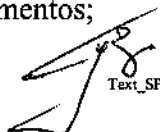
CLÁUSULA X - DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA

10. Declarações e Garantias da Emissora:

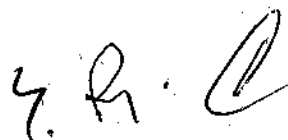
A Emissora declara e garante, na data da assinatura desta Escritura, que:

- (a) é uma sociedade por ações devidamente organizada, constituída e existente de acordo com as leis brasileiras;
- (b) está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com todas as obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (c) a celebração desta Escritura e a colocação da Debênture não infringem qualquer disposição legal, contrato ou instrumento do qual a Emissora seja parte, nem irá resultar em:

(i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos;



Text_SP 2124702v20 3271/22 32



(ii) criação de qualquer ônus ou gravame sobre qualquer ativo ou bem da Emissora, exceto por aqueles já existentes na presente data; ou

(iii) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos.

- (d) esta Escritura e as obrigações aqui previstas constituem obrigações legais, válidas e vinculantes da Emissora, exigíveis de acordo com os seus termos e condições;
- (e) mantém os seus bens adequadamente segurados, conforme práticas correntes de mercado;
- (f) as demonstrações financeiras auditadas da Emissora, relativas ao último exercício social encerrado e ao imediatamente anterior, representam corretamente a posição patrimonial e financeira da Emissora em suas respectivas datas em todos os seus aspectos relevantes e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
- (g) as informações financeiras auditadas da Emissora relativas ao último trimestre encerrado representam corretamente a posição patrimonial e financeira da Emissora em todos os seus aspectos relevantes e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
- (h) a Emissora está cumprindo, em todos os aspectos relevantes, as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios;
- (i) não há ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental, da qual é parte e que não esteja demonstrado em seu ITR, cuja decisão desfavorável possa vir a causar impacto adverso relevante na Emissora, em sua condição financeira, ou em sua atividade;
- (j) não omitiu ou omitirá nenhum fato, de qualquer natureza, que seja de seu conhecimento e que possa resultar em alteração substancial adversa de sua situação econômico-financeira ou jurídica em prejuízo que pudesse alterar a decisão de investimento do Debenturista e que afete, comprovadamente, a capacidade da Emissora de pagar o debenturista;
- (l) o registro de companhia aberta da Emissora está atualizado perante a CVM;

- (m) a Emissora e suas Controladas Relevantes têm todas as autorizações, concessões e licenças relevantes exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais para o exercício de suas atividades, estando todas elas válidas;
- (n) não é parte em qualquer contrato ou instrumento que possui obrigação de manutenção de índice financeiro (covenant(s) financeiro(s)), ainda que com outras variáveis, direta ou indiretamente, mais restritivos à Emissora do que aqueles previstos nas alíneas (k) e (l) do item 6.2.1.; e
- (o) está ciente de que a instituição coordenadora da Emissão (a) não realizou *due diligence*, auditoria legal, financeira ou contábil na Emissora, tendo-se baseado exclusivamente nas declarações apresentadas pela Emissora na presente Escritura, e (b) não produziu Prospecto (conforme definido na Instrução CVM 400/03), material de divulgação, venda ou propaganda da Debênture de qualquer natureza.

CLÁUSULA XI - DISPOSIÇÕES GERAIS

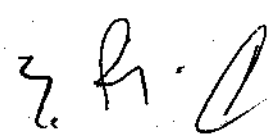
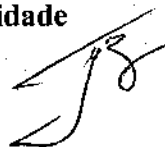
11.1. Renúncia

Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura. Desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito ou faculdade que caiba ao Debenturista ou ao Agente Fiduciário em razão de qualquer inadimplemento da Emissora prejudicará o exercício de tal direito ou faculdade, ou será interpretado como constituindo uma renúncia ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

11.2. Debenturista

Sem prejuízo do disposto na cláusula 2.5.2. acima, na hipótese de negociação da Debênture com quaisquer terceiros ("Terceiro Adquirente"), o Debenturista, entregará ou fará com que o Terceiro Adquirente entregue ao Agente Fiduciário declaração firmada pelos representantes legais do Terceiro Adquirente, nos termos do Anexo II à presente Escritura, responsabilizando-se pelo descumprimento de tal obrigação.

11.3. Irrevogabilidade



Esta Escritura é firmada em caráter irrevogável e irretratável, obrigando a Emissora, o Agente Fiduciário, e seus sucessores a qualquer título.

11.4 Despesas Relacionadas à Emissão

As despesas relacionadas à Emissão, tais como remuneração do Agente Fiduciário, assessores legais, Agência Classificadora de Risco, publicações, bem como custos relacionados a procedimentos de registro na CVM e ANBID, registro em cartório e JUCESP ficarão a cargo da Emissora.

11.5 Registro na CVM

11.5.1. Caso, a qualquer momento, o Debenturista decida registrar a Debênture para negociação no mercado ou realizar distribuição pública secundária e desde que o Debenturista deixe de ser o único detentor da Debênture, a Emissora ficará desobrigada das obrigações previstas nos itens 3.8; e 4.16.1., relacionadas à Comprovação dos Investimentos, e, ainda, a publicidade de que trata o artigo 4.13 será realizada mediante publicação nos jornais Diário Oficial do Estado de São Paulo e Valor Econômico.

11.5.2. Na hipótese prevista acima, a Debênture será desdobrada para 1.000 (mil) Debêntures e o valor nominal unitário de cada uma passará a ser R\$500.000,00 (quinhentos mil reais). Tal desdobramento e alteração do valor nominal ocorrerão automaticamente, sem necessidade de aditamento a esta Escritura, tão logo seja efetuado, perante a CVM, o pedido de registro da negociação ou distribuição secundária.

11.5.3.

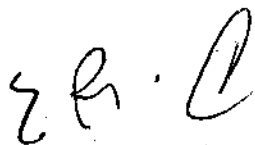
11.6. Independência

Caso qualquer das disposições desta Escritura venha a ser julgada inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se a Emissora e o Agente Fiduciário, em boa-fé, a substituir a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

11.7. Título Executivo

A Presente Escritura e a Debênture constituem título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 585, incisos I e II, do Código de Processo Civil, e as obrigações nelas encerradas estão sujeitas a execução específica, de acordo com os artigos 632 e seguintes do Código de Processo Civil.

11.8. Lei Aplicável



Esta Escritura é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

11.9. Foro

Fica eleito o Foro da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer controvérsias oriundas desta Escritura e para a execução das obrigações de pagamento aqui previstas.

E, por estarem justas e contratadas, firmam o presente em 4 (quatro) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas, que também o assinam.

São Paulo, 15 de dezembro de 2008.

[assinaturas iniciam-se na página seguinte]

3. R. C. JS

[Página de assinaturas do INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 4ª EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURE SIMPLES, NÃO
CONVERSÍVEL EM AÇÕES, EM LOTE ÚNICO E INDIVISÍVEL, EM SÉRIE ÚNICA, COM GARANTIA FLUTUANTE DE EMISSÃO DA COMPANHIA
DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS]

COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

Nome:

MARCIO JOSÉ BATISTA
DIRETOR

Cargo:

Nome:

Cargo:

LEONARDO COUTO VIANNA
DIRETOR

[Página de assinaturas do INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 4ª EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURE SIMPLES, NÃO
CONVERSÍVEL EM AÇÕES, EM LOTE ÚNICO E INDIVISÍVEL, EM SÉRIE ÚNICA, COM GARANTIA FLUTUANTE DE EMISSÃO DA COMPANHIA
DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS]

PAVARINI DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.

Nome: **ROSILEA MAYER LORENTINO**
Cargo: **PROCURADORA**

Nome: **WALDO ALBERTO BACHA**
Cargo: **PROCURADOR**

Testemunhas

Nome: **Samantha de Souza Santos Pó**
Cargo: **RG: 32.431.092-4 SSP/SP
CPF: 313.048.128-12**

Nome: **Renata Mottinho**
Cargo: **25518247-8 SSP/SP
174916548-19**



ANEXO I

RELAÇÃO DE INVESTIMENTOS

INVESTIMENTOS

Anos 2009-2010 (Valores em R\$ correntes x 1000)

Item	Obra	Valor Total	2009	2010
------	------	-------------	------	------

	Total	1.425.875	794.339	631.536
--	-------	-----------	---------	---------

CCR - AUTBAN		633.744	308.480	325.264
01.	SP-330 - Implantação de Marginais entre Km 's 92 e 98 PN/S	19.006	19.006	-
02.	SP-330 - Complexo Anhanguera-1ªetapa-1ªfase	84.274	84.169	106
03.	SP-330 - Remodelação do Trevo do Km 113+600	539	539	-
04.	SP-330 - Marginal km 110+550 ao 113+600-PS	5.539	5.539	-
05.	SP-330 - Implant. de 3ª faixa entre km 71+000 e km 76+000 PN/S	17.635	9	17.626
06.	SP-330 - Remodelação dispositivo Km 128+500	6.447	10	6.437
07.	SP-348 - 3ª interv. no pavto. entre km 14+930 e km 102+440 PN/S	91.262	21.234	70.029
08.	SP-330 - Complexo Anhanguera-1ªetapa-2ªfase	170.412	111.329	59.084
09.	SP-330 - Implantação de novas pistas AVI nas praças existentes	9.304	153	9.151
10.	SP-330 - Duplicação da PLN-020	10.742	10.713	29
11.	SP-330 - Remodelação do Trevo do Km 112+900	1.247	1.247	-
12.	SP-330 - Implant. de Marginal entre km 110+550 e 113+600-PS	5.824	5.824	-
13.	SP-330 - Implant. de Passarelas nos Km 's 109+500, 111+100 e 113+400	1.969	1.969	-
14.	SP-330 - Implantação passarela Km 11+400	2.519	2.519	-
15.	SP-330 - Implant. de 3ª faixa entre Km 64,8e 65,3 PN e Acessos Km 64 PN/S	964	964	-
16.	SP-330 - Implant. de 3ª faixa entre Km 120+000 e Km147+000 PN/S	95.188	5	95.183
17.	SP-330 - Implantação PGF Km 112+000 - PS	9.565	4.713	4.852
18.	SP-330 - Implant. de 3ª faixa entre km 62+000 e km 71+000 PN/S	796	-	796
19.	SP-330 - 3ª interv. no pavto. entre km 11+360 e km 111+000 PN/S	11.804	5.494	6.309
20.	SP-330 - Implant. de PS no Km 12 - Av. do Anastácio	9.861	7.663	2.198

21.	SP-330 - Implant. de sistema viário complementar (Bairro Anastácio)	30.400	3.526	1.074
22.	SP-330 - Melhorias na Marg. Tietê sob Pte. A. Fontana	11.843	293	11.640
23.	SP-330 - Implant. do Ramo 250 (Complexo Anhanguera)	5.294	3.374	1.920
24.	SP-330 - Prolong. da Pte. A. Fontana (lado Lapa)	8.912	235	8.677
25.	SP-330 - Implant. Disp. Retorno Km 109+200	11.502	2.303	8.919
26.	SP-330 - Passarela Jd. Manchester (Km 110+000)	1.740	1.740	-
27.	SP-348 - Melhorias no acesso PGF Km 58 PS	1.144	1.144	-
28.	Desapropriações	17.412	12.177	5.235

CCR - NOVADUTRA		305.936	153.510	152.425
01.	Recuperação, Reforço e Alargamento de Obras-de-arte especiais	110.550	39.917	70.633
02.	Recuperação de pavimento	94.973	58.078	36.895
03.	Nova Pista da Serra das Araras RJ BR-116 km 219 ao 227	30.494	4.840	25.653
04.	Marginais do Rio de Janeiro, São José dos Campos e São Paulo	17.699	17.693	7
05.	Contenções e Terraplenos	11.363	6.728	4.636
06.	Implantação de passarelas	10.832	10.832	-
07.	Obras civis troca de sistema de pedágio	6.129	6.129	-
08.	Relocação da Praça pedágio Paratei Norte (Trevo Arujá)	6.021	198	5.823
09.	Obras adicionais de segurança	5.416	5.416	-
10.	Reconstrução ponte do Rio Pavuna km 166,32 PS	4.577	124	4.452
11.	Implantação do Trevo de Jacareí km 161 (SP)	3.591	220	3.371
12.	Desvio de tráfego de Bulhões Norte	1.720	1.720	-
13.	Adequação do Trevo do km 158 norte (SP)	1.703	1.195	508
14.	Desapropriações	868	421	447

CCR - VIAOESTE		348.003	283.412	64.591
01.	SP-270 - Implantação de PGF no km 73 PL	5.056	5.056	-
02.	SP-280 - Reperfilagem do pavimento das marginais	1.333	1.333	-
03.	SP-280 - Implant. Disp. Retorno km 64+500	6.898	6.898	-
04.	SP-280 - Melhoramentos no disp. retorno do km 50+660	2.219	2.219	-
05.	SP-280 - Melhoramentos e complementos no disp. do km 76+000	2.603	2.542	60
06.	SP-280 - Recuper. pavimento do PGF km 41 PO	1.080	337	743
07.	SP-280 - Remodelação do PGF Km 74 PL	4.592	4.521	71
08.	SP-270 - Implant. de Marginais entre km 95 e 105 PL/PO	72.008	19.284	52.724
09.	SP-270 - Ampliação do Entroncamento Km 100+210	4.920	-	4.920

JS *l* *z R*

10.	SP-270 - Ampliação do Entroncamento Km 102+637	5.740	-	5.740
11.	SP-280 - Remodelação do Trevo de Jandira	44.133	44.183	-
12.	SP-280 - Reconfig. praças de pedágio km 18 e 20	33.008	33.008	-
13.	SP-280 - Ampliação entronc. Marg. Tietê (Complexo Cebolão)	102.172	102.154	18
14.	SP-280 - Melhorias viárias na Marg. Tietê	12.016	12.016	-
15.	SP-280 - Melhorias entronc. Km 20 e novas alças do Rodoanel	26.635	26.635	-
16.	Desapropriações	23.539	23.225	314

CCR - RODONORTE		73.703	27.449	46.254
01.	Restauração do Pavimento	66.592	27.449	39.143
02.	Obras de Melhoria e Ampliação de Capacidade	7.110	-	7.110

CCR - PONTE		10.884	6.200	4.684
01.	Reforço Aduelas - Sobre Mar - 2ª Etapa	5.979	4.478	1.501
02.	Recuperação das Fundações	3.183	-	3.183
03.	Sinalização Horizontal	901	901	-
04.	Recuperação Dolphins Principais e Secundários	821	821	-

CCR - LAGOS		15.913	8.282	7.631
01.	Recuperação do Pavimento e Sinalização	15.913	8.282	7.631

CCR - RODOANEL		37.693	7.006	30.688
01.	Implantação de Passarelas novas	1.015	-	1.015
02.	Adequação de passarelas existentes	2.544	-	2.544
03.	Melhoria Ramos de Acesso Castello Branco	1.595	567	1.028
04.	Construção de Viaduto - PS estrada velha	1.998	-	1.998
05.	Dispositivos de segurança	7.423	4.472	2.950
06.	Implantação de PGF (Balança móvel) - 4 un	986	301	685
07.	Implantação de barreiras acústicas	6.321	1.666	4.655
08.	Implantação de Vias Marginais Padroeira-Raposo	10.454	-	10.454
09.	Desapropriações	5.358	-	5.358

JS

C 2.11

Apresentação Descritiva dos Projetos

A. AutoBAN

01. SP330 - Marginais Km 92 ao 98, Pistas Norte e Sul

Refere-se à implantação de 12 km de vias marginais na Via Anhanguera (6 km na pista sentido interior e 6 km na pista sentido capital), na região de Campinas, com o objetivo de melhorar a capacidade viária da rodovia neste trecho, contemplando a implantação de 12 viadutos. A obra foi iniciada no ano de 2007.

02. SP330 - Complexo Anhanguera - 1ª etapa - 1ª fase

Trata-se da remodelação completa da interseção da Via Anhanguera com a Marginal do Rio Tietê, incluindo a implantação de um viaduto e três novas pontes, sendo duas que farão a ligação do bairro da Lapa e da marginal do Tietê pista esquerda com a Via Anhanguera, e a terceira que permitirá a ligação direta da Via Anhanguera com a marginal do Rio Tietê sentido Leste. Estas obras associadas a diversas outras melhorias viárias na região, incluindo implantação de 2 novas passarelas, aumentarão a segurança e a fluidez do tráfego na região. A obra foi iniciada no ano de 2007.

03. SP330 - Remodelação do Trevo do Km 113+600

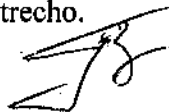
Trata-se da remodelação da interseção existente no km 113,6 da Via Anhanguera com o objetivo de melhorar a capacidade viária na região e adequá-la às melhorias viárias já implantadas pela Prefeitura de Sumaré.

04. SP330 - Marginal km 110+550 ao 113+600 – PS

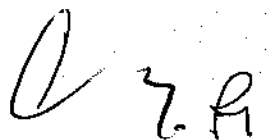
Refere-se à implantação de 3 km de vias marginais na Via Anhanguera, região de Sumaré, com objetivo de melhorar a capacidade viária da rodovia neste trecho.

05. SP330-3ª faixa do km 71+000 ao km 76+000, Pistas Norte e Sul

Trata-se da implantação de 10 km de terceiras faixas na Via Anhanguera em ambas as pistas (5 km na pista sentido interior e 5 km na pista sentido capital), região de Louveira/Vinhedo, com o objetivo de melhorar a capacidade viária da rodovia neste trecho.



Text_SP 2124702v20 3271/22 42



06. SP330-Remodelação dispositivo Km 128+500

Trata-se da remodelação da interseção existente no km 128 da Via Anhanguera (pista sentido capital) com o objetivo de melhorar a capacidade viária no local, região da fábrica da Goodyear, Ficap e outras empresas.

07. SP348 - 3ª intervenção do km 14+930 ao km 102+440

Trata-se da restauração do pavimento asfáltico da Rodovia dos Bandeirantes (3ª intervenção) no segmento entre São Paulo e Campinas.

08. SP330 - Complexo Anhanguera - 1ª etapa - 2ª fase

Trata-se da implantação de 12 km de vias marginais e 8 km de terceiras faixas entre o km 13 e o km 19 da Via Anhanguera, além da construção de dois retornos operacionais no km 14,5 e no km 19,4, uma nova interseção no km 15,5 (Av. Mutinga), a remodelação completa da interseção existente no km 18 (Trevo do Jaraguá) e a implantação de 4 novas passarelas. Estas obras visam aumentar a segurança e a fluidez do tráfego na região.

09. Implantação de pistas AVI – Lado esquerdo

Refere-se à implantação de uma novas vias de pedágio automático.

10. SP-330 - Duplicação da PLN-020 e Dispositivo Pirelli/3M

Trata-se da duplicação da rodovia municipal na região do km 110 da Via Anhanguera (pista sentido interior) e implantação de uma nova interseção com o objetivo de melhorar a capacidade viária na região da fábrica da Honda e outras empresas.

11. SP330 - Remodelação do Trevo do Km 112+900

Trata-se da remodelação da interseção existente no km 112,9 da Via Anhanguera com o objetivo de melhorar a capacidade viária na região e adequá-la às melhorias viárias já implantadas pela Prefeitura de Sumaré.

12. SP330 - Marginal km 110+550 ao 113+600 – Pista Norte

Refere-se à implantação de vias marginais na Via Anhanguera, pista Norte (sentido interior), região de Sumaré com objetivo de melhorar a capacidade viária da rodovia neste trecho. A obra foi iniciada no ano de 2007.

13. SP330 - Passarelas km's 109+500/111+100/113+400

Refere-se ao prolongamento de passarelas de pedestres existentes para a implantação das vias marginais na Via Anhanguera na região de Sumaré.

14. SP300 - 2ª intervenção km 62+000 ao km 64+600

Trata-se da restauração periódica do pavimento asfáltico em 2,6 km da Rodovia Dom Gabriel Paulino Bueno Couto (2ª intervenção).

15. SP330 - Implantação de passarela Km 11+400

Refere-se à implantação de uma nova passarela no km 11,4 da Via Anhanguera, compatível com a norma brasileira de acessibilidade (NBR-9050).

16. SP330 - 3ª faixa do km 64+800 ao km 65+300 Pista Sul e Acessos Norte e Sul

17. SP330 - 3ª faixa do Km 120+000 ao Km147+000

Trata-se da implantação de 54 km de terceiras faixas na Via Anhanguera (27 km na pista sentido interior e 27 km na pista sentido capital), com o objetivo de melhorar a capacidade viária da rodovia neste trecho.

18. SP330 - Implantação PGF Km 112+000 - P.Sul

Trata-se da implantação de uma nova balança fixa no km 112 Sul da Via Anhanguera (pista sentido capital) para substituir a balança existente no km 110, que precisará ser desativada para a remodelação da interseção existente no km 110.

19. SP330 - 3ª faixa do km 62+000 ao km 71+000, Pistas Norte e Sul

Trata-se da implantação de faixas adicionais de tráfego nas pistas sentido interior e capital da Via Anhangüera, região de Jundiaí/Louveira, com o objetivo de melhorar a capacidade viária da rodovia neste trecho.

20. SP330-3ª intervenção do km 11+360 ao km 111+000, Pistas Norte e Sul

Trata-se da restauração do pavimento asfáltico de 90 km da Via Anhangüera, no segmento entre São Paulo e Campinas (3ª intervenção).

21. Transposição Km 12 SP-330 - Av. do Anastácio

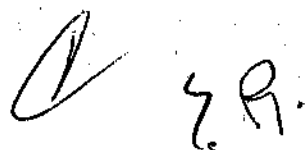
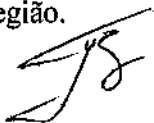
Trata-se da implantação de uma nova interseção no km 12 da Via Anhangüera, no âmbito do Complexo Anhangüera 1ª fase, com o objetivo de melhorar a fluidez do tráfego na região do bairro São Domingos.

22. Conjunto viário do Bairro Anastácio

Trata-se da implantação de obras de ampliação e melhorias do sistema viário local do bairro Vila Anastácio, no âmbito do Complexo Anhangüera 1ª fase, criando uma alternativa de saída do bairro para outras regiões e com o objetivo de melhorar a fluidez do tráfego na região.

23. Melhorias na Marginal Tietê sob a Ponte Atilio Fontana

Trata-se da implantação de melhorias viárias em ambas as pistas da marginal do Rio Tietê na região da Ponte Atilio Fontana (km 11 da Via Anhangüera), no âmbito do Complexo Anhangüera 1ª fase, com o objetivo de melhorar a fluidez do tráfego na região.



24. Implantação de viaduto (Ramo 250)

Trata-se da implantação de um novo viaduto ligando o bairro da Lapa à pista leste da marginal do Rio Tietê (sentido Airton Senna) na região da Ponte Atilio Fontana (km 11 da Via Anhangüera); no âmbito do Complexo Anhangüera 1ª fase, com o objetivo de melhorar a fluidez do tráfego na região.

25. Prolongamento da Ponte Atilio Fontana (Lapa)

Trata-se do prolongamento da Ponte Atilio Fontana existente (lado Lapa) para viabilizar parte das melhorias viárias da marginal do Rio Tietê na região da Ponte Atilio Fontana (km 11 da Via Anhangüera).

26. SP-330 - Implantação do Dispositivo de Retorno Km 109+200

Trata-se da implantação de um novo viaduto e sistema viário que permitirá a transposição das pistas da Via Anhangüera na região do km 110 (Sumaré), complementando a remodelação do sistema viário existente na região, com o objetivo de melhorar a fluidez do tráfego na região.

27. SP-330 - Passarela Jardim Manchester - km 110

Refere-se à implantação de uma nova passarela no km 110 da Via Anhangüera, compatível com a norma brasileira de acessibilidade (NBR-9050).

28. SP-348 – Melhorias de acesso PGF do km 50 Pista Sul

Trata-se da implantação de melhorias viárias no acesso à balança existente no km 50 pista sentido capital da Rodovia dos Bandeirantes.

B. NovaDutra

01. Recuperação, Reforço e Alargamento de Obras-de-arte especiais

Recuperação estrutural, reforço e alargamento dos viadutos, pontes e passarelas da Rodovia adequando a novas cargas, implantação de barreiras rígidas, lajes de transição e passeios laterais, verificação das condicionantes viárias, bem como o sistema de drenagem. O alargamento das pontes e viadutos será

JS *C* *2R*

executado para incorporar acostamentos e faixas de segurança a estas obras.

Para o período 2009/2010 estão programadas intervenções em 47 viadutos e/ou passagens inferiores, 41 pontes e 5 passarelas para pedestres.

02. Recuperação de pavimento

Restauração geral do pavimento, para restabelecer as condições originais de conforto e segurança, recuperando as deficiências estruturais e funcionais e restabelecendo as vidas de serviço, através intervenções de reforço, substituição e reconstrução do pavimento. Para o período 2009/2010 estão programadas intervenções em diversos segmentos isolados, correspondendo a cerca de 825 mil m² de recuperação de pavimento flexível e 270 km de faixa de revestimento com micro-asfalto, além de correções locais para atendimento aos relatórios de monitoração. Este item também engloba a restauração do pavimento rígido das balanças de Queluz, Resende e Paracambi, em virtude da necessidade de eliminar os problemas de pesagem, que atualmente ocorrem com muita frequência.

03. Nova Pista da Serra das Araras RJ BR-116 km 219 ao km 227

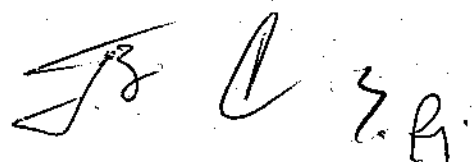
A Rodovia Presidente Dutra – BR-116, na travessia da Serra das Araras, Estado do Rio de Janeiro é constituída por duas pistas independentes, que se desenvolvem em vertentes completamente opostas.

As características geométricas das pistas impõem severas restrições operacionais, sobretudo na Pista Norte (descendente, sentido SP / RJ), cujo traçado se caracteriza por sucessivas curvas horizontais de raios reduzidos e por rampas extensas e de elevada declividade. A atual Pista Sul (ascendente, sentido RJ / SP) se desenvolve em encosta mais suave, apresentando parâmetros geométricos mais favoráveis e uma plataforma mais larga, capaz de acomodar o alargamento da via existente. Portanto, tem um traçado mais susceptível às obras de ampliação desejadas.

Desta forma e com o intuito de atender ao item 7.2 Ampliações Físicas Definidas subitem “b” do PER (Plano de Exploração da Rodovia) a NovaDutra necessita duplicar a pista ascendente de forma a receber também nova pista de descida nesta mesma vertente da Serra. Além da duplicação da pista de subida serão implantados iluminação, dispositivos de retornos, áreas de escape e locais adequados para acidentes com cargas perigosas.

04. Marginais do Rio de Janeiro, São José dos Campos e São Paulo

Implantação de pistas marginais, pelo alto volume de tráfego local que se utiliza da via expressa como complemento do sistema viário municipal gerando conflitos, acidentes e redução de velocidade. Isto ocorre devido à grande ocupação lindeira. As vias marginais serão implantadas com o intuito de organizar este tráfego de forma a evitar a interferência do tráfego local com o tráfego de longa



distância.

05. Contenções e Terraplenos

Recuperação de cortes e aterros que apresentam sinais de escorregamento e erosões. Os taludes serão recuperados através de processos de retaludamento, recuperação do sistema de drenagem e complementação do revestimento vegetal. No caso de taludes muito abruptos serão adotadas soluções de contenção específicas, através de estruturas de concreto armado, ancoragens, tirantes, telas, entre outras.

06. Implantação de passarelas

A implantação deste dispositivo tem como finalidade principal realizar a travessia segura de pedestres, que vivem ou trabalham em suas proximidades. Os locais escolhidos são de grande demanda de pessoas que cruzam a rodovia diariamente conforme dados obtidos pela área operacional da Rodovia.

07. Obras civis troca de sistema de pedágio

Trata-se das obras para a implantação de sistema de pedágio mais atualizado que agilize e dê maior confiabilidade à operação de cobrança. Para que o sistema possa ser implantado serão necessárias obras civis de demolição parcial das pistas e ajustes nas ilhas das cabines de cobrança.

08. Relocação da Praça pedágio Parateí Norte (Trevo Arujá)

Esta relocação na realidade é a implantação de praças avançadas para cobrança de Pedágio, que serão implantadas em duas alças do Trevo de Arujá, evitando assim a fuga da Praça Principal localizada no km 204 SP.

09. Obras adicionais de segurança

Trata-se do projeto de implantação nos pontos mais críticos ao longo de toda a rodovia de elementos de segurança: passeios e escadas para pedestres, barreiras rígidas, defensas metálicas e telas anti-ofuscantes objetivando melhorar a segurança dos usuários, diminuindo o índice de atropelamentos e acidentes fatais.

10. Reconstrução ponte do Rio Pavuna km 166,32 Pista Sul

Esta ponte localizada no km 166,32 da Pista Expressa Sul RJ precisa ser demolida e reconstruída sobre o Rio Pavuna, com a conseqüente adequação geométrica, pois sua condição atual causa grande restrição de vazão, com indução de enchentes a montante em épocas de chuvas mais intensas.

Vale ressaltar que a obra da pista expressa norte, no mesmo km, já foi demolida e construída em condições que melhoraram a vazão naquele ponto, fazendo-se necessária agora a mesma intervenção na pista sul.

11. Implantação do Trevo de Jacareí km 161 (SP)

A implantação desta obra tem como finalidade disciplinar o tráfego nos acessos, melhorando a capacidade e a segurança na interseção. É uma região da rodovia com tráfego intenso nos dois sentidos, e os acessos existentes são utilizados como retorno. No local existe um grande número de movimentos conflitantes, agravado pela falta de disciplina e canalização destes, que além da falta de segurança, provoca retenções, comprometendo a fluidez na rodovia.

12. Desvio de tráfego de Bulhões Norte

A reconstrução do Viaduto de Bulhões Norte no km 197 RJ exigirá a interdição temporária da pista expressa norte. O viaduto da pista sul está sendo recuperado, reforçado e alargado, para operar em mão dupla. Para viabilizar esta operação será necessária a execução deste desvio provisório.

13. Adequação do Trevo do km 158 norte (SP)

Este é um dos principais acessos ao município de Jacareí pela Rodovia Presidente Dutra-BR116 pista expressa norte. A configuração geométrica atual do trevo e do respectivo acesso é problemática, pois o trevo contém curvas de pequenos raios o que reduz sensivelmente sua capacidade. A alça de saída da Rodovia para acesso ao trevo não contém faixa de desaceleração por estar localizada sobre viaduto sem acostamento. Isto obriga o usuário que deseja acessar o trevo, a reduzir a velocidade ainda na faixa 2 da pista expressa gerando uma situação perigosa ao tráfego da Rodovia.

14. Desapropriações

As obras de melhoramentos e ampliação de capacidade (implantação de marginais) exigem a ampliação da faixa de domínio atual. Nestes casos a Concessionária precisa deflagrar o processo de aquisição por desapropriação com responsabilidade pelo pagamento da mesma.

C. Via Oeste



01. SP270 - Implantação de PGF km 73 Pista Leste

Trata-se da implantação de uma nova base para operação de balança fixa no km 75 Leste da Rodovia Raposo Tavares (pista sentido capital).

02. SP280-Reperfilagem das marginais Leste/Oeste km13+700 km 24+600

Trata-se de uma intervenção complementar à restauração do pavimento das marginais da Rodovia Castello Branco entre o km 13,7 e 24,6 pistas sentido interior e capital, para corrigir a sua irregularidade, adequando ao padrão estabelecido no contrato de concessão.

03. SP280 - Implantação de Dispositivo de Retorno km 64+500

Trata-se da implantação de um dispositivo de retorno no km 64,5 da rodovia Castello Branco composto por alças de acesso e um viaduto com extensão aproximada de 90 m sobre a rodovia.

04. SP280 - Melhoria de Dispositivo de Retorno km 50+660

Trata-se de intervenções de melhorias na geometria do dispositivo de retorno existente no km 50,66 da rodovia Castello Branco.

05. SP280 - Melhoria do Dispositivo de retorno do km76+000

Trata-se de intervenções de melhorias na geometria do dispositivo de retorno existente no km 76 da rodovia Castello Branco.

06. SP-280 – Recuperação do pavimento do PGF do km 41

Trata-se da implantação de melhorias viárias no acesso à balança existente no km 41 pista sentido capital da Rodovia Castello Branco

07. SP280 - Remodelação do PGF Km 74

Trata-se da implantação de melhorias viárias no acesso à balança existente no km 74 pista sentido capital da Rodovia Castello Branco



08. SP-270 - Marginais km 95 ao km 105 PL/PO

Refere-se à implantação de 20 km de vias marginais na rodovia Raposo Tavares (10 km na pista sentido interior e 10 km na pista sentido capital), região de Sorocaba, com objetivo de melhorar a capacidade viária da rodovia neste trecho, incluindo a implantação de 8 novos viadutos/pontes.

09 e 10. SP-270 - Entroncamento Km 100+210 e Km 102+637

Refere-se à remodelação das interseções existentes de forma a adequá-las à implantação das vias marginais na rodovia Raposo Tavares, e melhorar a capacidade viária nestes locais.

11. SP280 - Remodelação do Trevo de Jandira km 32

Refere-se à remodelação do trevo existente no km 32 da rodovia Castello Branco, região de acesso a Aldeia da Serra, Jandira e Itapevi.

12. SP280 - Remodelação do Trevo de Jandira km 32

Refere-se à remodelação do trevo existente no km 32 da rodovia Castello Branco, região de acesso a Aldeia da Serra, Jandira e Itapevi, com o objetivo

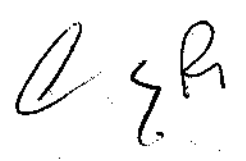
13. SP-280 - Complexo do Cebolão

Refere-se à remodelação completa da interseção da rodovia Castello Branco com a Marginal do Rio Tietê/Pinheiros, incluindo a implantação de duas novas pontes que ampliarão a capacidade viária existente, além de diversas outras melhorias viárias na região, com o objetivo de aumentar a fluidez do tráfego, além de melhorar a capacidade viária na região. Inclui a implantação de 3 novos viadutos, ampliação dos existentes e a remodelação integral dos ramos e alças de acesso.

14. Melhorias viárias na Marginal do Tietê

Trata-se da implantação de melhorias viárias em ambas as pistas da marginal do Rio Tietê na região do Cebolão (km 12 da rodovia Castello Branco), no âmbito do Complexo do Cebolão, com o objetivo de melhorar a fluidez do tráfego na região.

15. SP-280 - Reconfiguração das Praças km 18 e 20



Trata-se da ampliação das 2 praças de pedágio existentes nas marginais da Rodovia Castello Branco, que passarão a cobrar também em ambos os sentidos das pistas expressas.

16. SP-280 - Melhorias no entroncamento Km 20 e alças do Rodoanel

Trata-se da implantação de duas novas alças de ligação da Rodovia Castello Branco com o trecho Oeste do Rodoanel, incluindo 1 viaduto na pista Leste (sentido capital). Estas obras estão associadas à construção das novas praças de pedágio dos km's 18 e 20.

D. RodoNorte

01. Restauração de pavimento

Restauração geral do pavimento, para restabelecer as condições originais de conforto e segurança, recuperando as deficiências estruturais e funcionais e restabelecendo as vidas de serviço, através intervenções de reforço, substituição e reconstrução do pavimento. Para o período 2009/2010, os segmentos programados são:

PR 151 – km 286,7 ao 304,0 – Pista Leste

PR 151 – km 286,7 ao 304,0 – Pista Oeste

BR 376 – km 232,4 ao 257,0

BR 376 – km 487,4 ao 497,0 – Pista Sul

BR 376 – km 516,2 ao 524,0 – Pista Sul

BR 376 – km 548,1 ao 551,5 – Pista Sul

BR 376 – km 552,1 ao 554,0 – Pista Sul

BR 376 – km 501,7 ao 504,1 – Pista Norte

BR 376 – acesso Apucarana

02. Obras de Melhorias e Ampliação de Capacidade

Obras previstas para proporcionar melhores condições de trafegabilidade e segurança nas rodovias, podendo ser classificadas em dois tipos principais:

- a) Obras de adequação da seção transversal, como implantação de acostamentos, implantação de faixas adicionais, correções geométricas e implantação de barreiras rígidas, previstas nos segmentos:

BR 376 - km 244 ao 248

BR 376 - km 248 ao 257

b) Obras de ampliação de capacidade através duplicação da pista existente, prevista no segmento:

PR 151 – km 215,8 (Jaguariaíva) ao 258,5 (Piraí do Sul).

E. Ponte

01. Reforço Estrutural dos Vão em Aduelas – Trecho sobre Mar - 2ª Etapa

Obras necessárias ao restabelecimento das forças de protensão inicialmente aplicadas na estrutura, que sofrem relaxação dos cabos de protensão ao longo do tempo. Estes serviços serão realizados em 44 vãos construídos em aduelas no trecho sobre o mar da Ponte Rio-Niterói, buscando a retomada da segurança plena da estrutura.

02. Recuperação das Fundações

Obras de recuperação das fundações da ponte visando o restabelecimento das condições originais, uma vez que tais elementos encontram-se em ambiente marinho altamente agressivo, sujeitos ao ataque de cloretos, sulfatos e oxidação das peças metálicas e carbonatação do concreto.

Periodicamente as estruturas são vistoriadas por mergulhadores incluindo-se inspeções tátil-visual e extração de corpos de prova.

As fundações são constituídas por 1.138 tubulões assim divididos:

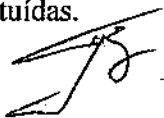
- Tubulões a Ar Comprimido (AC): 462 unidades,
- Tubulões Bade-Wirth (BW): 477 unidades,
- Tubulões com Estacas Metálicas (EM): 199 unidades.

03. Sinalização Horizontal

Execução de serviços de remoção da sinalização horizontal das faixas de rolamento e implantação de nova sinalização horizontal com tachas refletivas, alterando de três para quatro faixas de rolamento as pistas da Ponte, com o objetivo de aumentar a capacidade do tráfego.

04. Recuperação dos Dolphins Principais e Secundários

Conclusão da recuperação dos dispositivos de proteção dos pilares através da recuperação das estruturas de concreto e metálica de fixação das defensas elastoméricas que serão totalmente substituídas.



F. ViaLagos

01. Recuperação do pavimento e sinalização

Recuperação do pavimento, para restabelecer as condições originais de conforto e segurança, recuperando as deficiências estruturais e funcionais e restabelecendo as vidas de serviço, através intervenções de reforço, substituição e reconstrução do pavimento.

Para o período 2009/2010 estão programadas intervenções em diversos segmentos isolados, correspondendo a cerca de 380.000 m² ou 108 km de faixas de rolamento.

G. RodoAnel

01. Implantação de Passarelas novas

Refere-se à implantação de 3 novas passarela adequadas à norma brasileira de acessibilidade (NBR-9050).

02. Adequação de passarelas existentes

Refere-se à adequação de passarelas existentes à norma brasileira de acessibilidade (NBR-9050).

03. Melhoria Ramos de Acesso Castello Branco

Trata-se de melhorias viárias na alça de acesso do Rodoanel na rodovia Castello Branco, próximo à praça de pedágio do km 18 da pista Oeste (sentido interior) com o objetivo de melhorar a fluidez e a segurança do local.

04. Construção de Viaduto - PS estrada velha

Trata-se da implantação de um novo viaduto na região da estrada velha de Cotia, no km 23,5 do Rodoanel.

05. Dispositivos de segurança



Trata-se da complementação dos dispositivos de segurança existentes, com o objetivo de adequá-los à norma brasileira.

06. Implantação de PGF (Balança móvel) - 4 um

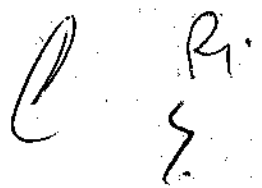
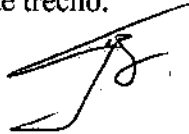
Trata-se da implantação de quatro bases para operação de balanças móveis em locais a serem definidos juntamente com a ARTESP, com o objetivo de controlar o peso dos caminhões que trafegam pelo Rodoanel.

07. Implantação de barreiras acústicas

Trata-se da implantação de barreiras anti-ruído nos locais definidos no edital.

08. Implantação de Vias Marginais Padroeira-Raposo

Refere-se à implantação de vias marginais entre o km 20 e 27 com o objetivo de melhorar a capacidade viária da rodovia neste trecho.



ANEXO II

MODELO DE DECLARAÇÃO DE TERCEIRO ADQUIRENTE

[nome e qualificação completa do adquirente], na qualidade de adquirente da debênture simples, não conversível em ações, da espécie com garantia flutuante, de emissão da Companhia de Concessões Rodoviárias (respectivamente, "Debênture" e "Emissora"), nos termos da Escritura Particular da 4ª Emissão Pública de Debênture Simples, não Conversível em Ações, em Lote Único e Indivisível, em Série Única, da Espécie com Garantia Flutuante de Emissão da Companhia de Concessões Rodoviárias ("Escritura"), declaro o quanto segue:

- (a) tenho pleno conhecimento dos termos e condições da Escritura, com os quais estou de acordo, especialmente com relação à emissão primária da Debênture mediante dispensa automática de registro perante a Comissão de Valores Mobiliários - CVM, nos termos do inciso II do artigo 5º da Instrução CVM nº400 de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada;
- (b) estou ciente de que, em razão de a emissão primária ter sido realizada mediante dispensa automática de registro, a instituição coordenadora da Emissão não realizou *due diligence*, ou qualquer outro tipo de auditoria legal, financeira ou contábil na Debênture, na Escritura ou na Emissora, nem produziu Prospecto (conforme definido na Instrução CVM 400/03), material de divulgação, venda ou propaganda da Debênture de qualquer natureza, e isento a instituição coordenadora de responsabilidade por quaisquer informações veiculadas no mercado com relação à Emissora ou à própria Debênture e Escritura; e
- (c) fiz minha própria investigação sobre a Emissora, suas atividades e sua situação financeira e tive acesso às informações que julguei necessárias à tomada de minha decisão de investimento na Debênture, não tendo me baseado, para esse fim, em qualquer documento, declaração ou procedimento realizado ou preparado pela instituição coordenadora da Emissão.

[local e data]

[nome e qualificação completa do adquirente]

1000

1000

JS a R